

ABORDAGEM POLICIAL E TRANSTORNOS MENTAIS: O IMPACTO DAS ATIVIDADES POLICIAIS NA SAÚDE DO MILITAR

POLICE APPROACH AND MENTAL DISORDERS: THE IMPACT OF POLICE ACTIVITIES ON MILITARY HEALTH

ALCÂNTARA, Pabline Gonsalves de¹
SANTOS, Nilton de Almeida²

RESUMO

O estresse do dia a dia associado à necessidade de produtividade, além de exigências imposta pelo mercado de trabalho que se afunila cada dia mais, tem feito com que diversos transtornos mentais sejam desencadeados, tendo por causa as atividades profissionais. Na polícia militar, esta realidade se mostra mais intensa em virtude da constante exposição à riscos pessoais e a necessidade da manutenção de uma postura condizente com as exigências da segurança pública ostensiva. Desta forma, abordagem realizada pelo policial militar tende a ser uma das mais complexas e arriscadas entre suas atividades. Tendo isto por base, o objetivo geral se volta para compreender os principais transtornos mentais decorrentes das atividades do policial militar, ressaltando a abordagem policial como fator desencadeante destes. Os objetivos específicos que visam: determinar os principais aspectos relativos à atividade policial; compreender os impactos destas atividades na saúde do policial militar; refletir sobre a repercussão da abordagem policial para a saúde mental do profissional. Foi realizada uma revisão de literatura. Através desta, ficou evidente que o elemento estresse tende a ser o principal fator que influencia no acometimento de doenças mentais. A abordagem policial se mostra uma das condutas mais arriscadas, o que faz com que o estresse seja constante. Essa frequência apresenta uma relação íntima com o aparecimento de transtornos mentais e sérios danos à saúde do policial militar de forma geral.

Palavras-chave: Polícia Militar. Abordagem Policial. Saúde.

ABSTRACT

The day-to-day stress associated with the need for productivity as well as the demands imposed by the labor market, which has become increasingly blurred, has caused several mental disorders to be triggered as a result of professional activities. In the military police, this reality is more intense due to the constant exposure to personal risks and the need to maintain a posture that is consistent with the requirements of ostensive public security. As a result of this, the approach taken by the military police tends to be one of the most complex and risky among its activities. Based on this, the general objective is to understand the main mental disorders resulting from the activities of the military police, emphasizing the police approach as a triggering factor. The specific objectives that aim to: determine the main aspects related to police activity; understand the impact of these activities on the health of the military police; reflect on the repercussion of the police approach to the mental health of the professional. A literature review was performed. Through this, it was evident that the stress element tends to be the main factor that influences the affection of mental illnesses. The police approach is one of the most risky behaviors which causes stress to be constant. This frequency has an intimate relationship with the appearance of mental disorders and serious damages to the health of the military police in general.

¹ Aluna do Curso de Formação de Praças do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás – CAPM, alcantarafsa38@hotmail.com; Formosa-Go, maio de 2018.

² Professor orientador: Especialista, professor do Programa de Pós-Graduação e Extensão do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás – CAPM, niltonsantosgo@hotmail.com, Formosa-Go, maio de 2018.

Keywords: Military Police. Police approach. Cheers.

1 INTRODUÇÃO

As atividades laborais fazem parte da vida cotidiana de quaisquer cidadãos comuns que possuam condições físicas, psíquicas e emocionais para realizá-las. Porém, muitas destas, apresentam características específicas que proporcionam maior ou menor impacto na saúde do trabalhador. Devido a este fator, é primordial que se busque conhecer quais, necessariamente, são estes impactos e de que forma é possível minimizá-los, a fim de garantir maior qualidade de vida com base em uma capacitação adequada e melhores condições de trabalho para o profissional.

No contexto da polícia militar, é importante destacar que para exercer suas respectivas funções, o indivíduo necessita ter plena consciência acerca de seus atos, assim como a importância de cada um deles para o bem comum, de modo que não se possa, quando obrigatórios, abster-se de concretizá-los (GASPARINI, 2001; JESUS, 2001). Isso faz com que por muitas vezes o profissional se encontre envolto em dilemas pessoais, de forma que algumas de suas atribuições venham a gerar desconfortos emocionais e possivelmente, algum tipo de adoecimento mental.

A rigorosidade e a exigência de estabilidade física e psicológica, são fatores que surgem desde o início do treinamento militar e vem a se propagar no dia a dia através das relações de hierarquia. Logo, essa mesma hierarquia vem a ser considerada como um fator prejudicial no que se refere às relações dentro do trabalho, pois promove a necessidade de adaptação das tarefas daquilo que compete o trabalhador concretizar (PROTÁSIO, 2011). Associada às questões objetivas referentes às atividades do policial militar, encontram-se os fatores subjetivos, como a necessidade de manter equilíbrio emocional e racional, além de elementos negativos como estresse, ocasionado por situações caóticas, que são rotineiramente encontradas em seu ambiente de trabalho (VALLA, 2000).

Em decorrência disto, a problemática relacionada à elaboração deste artigo busca compreender os seguintes fatores: De que forma as características primordiais dentro das ações policiais vem a favorecer o adoecimento do profissional? Quais os principais aspectos acerca da abordagem policial e como estes podem influenciar no surgimento de transtornos mentais para trabalhador? Com base em tais questionamentos, este artigo tem como temática a saúde do policial militar no contexto de suas ações, além da importância de se compreender um dos

processos mais complexos, a abordagem e os problemas patológicos que vem a surgir em virtude desta.

O objetivo geral visa compreender os principais transtornos mentais decorrentes das atividades do policial militar, ressaltando a abordagem policial como fator desencadeante destes. Tal objetivo será alcançado através dos objetivos específicos que visam: Determinar os principais aspectos relativos à atividade policial; compreender os impactos destas atividades na saúde do policial militar; refletir sobre a repercussão da abordagem policial para a saúde mental do profissional.

É fundamental destacar que a abordagem policial consiste em uma ação que exige do profissional maior capacidade de percepção, além da necessidade de uma possível reação emergente. De acordo com PINC (2006, p. 33), “os policiais estão autorizados a abordar pessoas que estejam se comportando de forma a despertar suspeita de que possam vir a agredir ou já ter transgredido alguma norma legal”. Isso demonstra que a capacidade de compreensão da situação e expressão do raciocínio lógico são, indubitavelmente, fatores essenciais para a obtenção de resultados satisfatórios.

Desta forma, esclarecer acerca da relação entre a abordagem policial e o possível adoecimento mental decorrente desta atividade para os profissionais da área é de grande importância para a Polícia Militar do Goiás. Isso se dá no sentido de permitir a conscientização acerca dos cuidados com a saúde não apenas física, mas também psicológica e a importância de uma capacitação adequada para cada ação a ser executada pelos profissionais.

A metodologia utilizada consiste na busca sistematizada de fontes confiáveis, a fim de obter uma construção analítica com base na presença de abordagem do que autores que definem acerca do tema desenvolvido. Foram utilizadas referências considerando as leis vigentes no Brasil, tendo também como apoio a busca por textos relativos ao tema em livros, artigos científicos e notícias correlacionadas. A análise dos resultados decorre da utilização de todo o contexto do trabalho e através do uso de novas possibilidades, notícias, informações e dados que possam fundamentar de forma satisfatória o estudo.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 PROBLEMAS DE SAÚDE RELACIONADOS À ATIVIDADE DA POLÍCIA MILITAR

Durante o exercício das atividades militares existem diversos fatores que podem apresentar influências diretas ou indiretas na saúde destes profissionais. É de grande complexidade a identificação de cada um dos elementos que vem a contribuir para que tais indivíduos apresentem algum tipo de adoecimento físico ou mental (MINAYO et. al., 2007).

A frequência com que os profissionais do ramo da segurança pública se deparam com situações de exposição ao estresse, além do cansaço físico, decorrente de problemas que exigem uma resposta rápida e eficaz, tem feito com que cada vez mais a saúde do profissional seja colocada em pauta. É importante destacar que a atuação policial exige acima de tudo a capacidade de raciocinar de forma plena em um curto espaço de tempo, além da necessidade de um equilíbrio emocional adequado para todas as situações possíveis dentro da profissão (VALLA, 2002).

Trata-se da necessidade de apresentar um desempenho favorável diante do que determina a função destes profissionais, visto que estes estão frequentemente expostos a potenciais riscos à manutenção de sua integridade física. Assim, a presença constante do elemento “morte” promove uma determinada frieza emocional, de forma que estes estejam preparados para lidar com esta realidade através das vítimas, de criminosos e por vezes, dos próprios colegas de trabalho. Isto influencia diretamente na própria percepção do policial militar acerca do risco iminente que ronda o seu trabalho (ASSIS, 1999).

Segundo Minayo et. al. (2007), é nítida a presença do risco no cotidiano do exercício profissional dentro da segurança pública e, em decorrência disto, se mostra cada vez mais necessário o reconhecimento da importância de se proporcionar uma quantidade adequada de horas de descanso, além de condições que venham a contribuir positivamente na manutenção do equilíbrio mental e, em consequência disso, em uma maior qualidade de vida para esta categoria de trabalhadores.

A necessidade de complementação de renda é o principal fator que faz com que haja excesso de carga horária e, conseqüentemente, longas e exaustivas jornadas de trabalho, devido à supervalorização do serviço extra pelo profissional, que ocorre tanto dentro da corporação quanto em serviços de segurança particular. Isso expõe o profissional ao aumento do desgaste físico e mental (MINAYO et al, 2007).

A conduta policial na inobservância dos elementos primordiais de cautela que a envolve, por si só pode gerar o surgimento de doenças agudas e/ou agravamento de condições crônicas, e isto, pode ser determinante para a morte precoce de muitos indivíduos, ocasionada também por acidentes e presença constante da violência no dia-a-dia do profissional. O desempenho do policial militar é constantemente afetado pelo sofrimento psíquico, ocasionado pelos altos índices de criminalidade atual, além da sensação de impunidade frente

suas ações. Assim, descrente do resultado de seu trabalho frente à crescente onda de violência que se difunde na sociedade, o profissional da segurança pública descreve a sensação de estar “enxugando gelo” (MINAYO et. al., 2007).

2.1.1 Acometimento à saúde mental do policial

A percepção acerca dos riscos presentes no ambiente de trabalho é um dos principais fatores que vem a desencadear o estresse no policial militar. Trata-se de um processo que envolve tanto aspectos pessoais quanto à influência externa, que advém do contexto ambiental e a forma como cada organismo desenvolve uma reação em resposta ao estímulo que se mostra presente na rotina do profissional (DEJOURS, 1992; LIPP, 1996).

Como principal fator que favorece o surgimento de complicações à saúde mental, o estresse surge a partir de um desequilíbrio entre a capacidade de satisfazer as demandas de trabalho e as reais condições para isto. Assim, pode-se identificar questões que envolvem principalmente, o baixo rendimento profissional e as cobranças relativas aos processos de trabalho, incluindo: cobranças da sociedade e de superiores, exaustivas e excessivas jornadas de trabalho, insatisfação relativa à remuneração ou reconhecimento, além de problemas de ordem pessoal (LIPP, 1996).

Ocasionado por emoções como medo, excitação e alteração da percepção situacional, o estresse também proporciona reações corporais como sudorese, aumento dos batimentos cardíacos e sensação de incômodo no estômago. A presença constante destes estímulos faz com que seja comum ao profissional, a alteração nos seus sentidos permanentemente e, conseqüentemente, manifestações traumáticas de ordem psicológicas (BACCARO, 1990).

As alterações das emoções pessoais vêm a ser um reflexo da dificuldade em atuar com a submissão às necessidades em conflito com as exigências sociais. Trata-se de sentimentos como frustração, angústia e outros que são caracterizados pela dificuldade em apresentar os resultados esperados. Tudo isso, pode proporcionar um determinado desequilíbrio, e em decorrência disso, prejuízo nos resultados diante de ações que estão diretamente relacionadas à presença do risco (BACCARO, 1990).

A importância do estado de alerta, pré-requisito para o profissional, faz com que este seja encontrado em constante vigilância, mesmo quando fora de seu horário de serviço, o que vem a afetar de forma significativa sua capacidade plena de repouso e, como resultado, dificulta que haja o descanso necessário e adequado para a profissão exercida. A questão de prestar assistência ao outro de forma integral torna o profissional susceptível ao surgimento

do estresse, e como consequência, a distúrbios ocasionados pelo adoecimento mental crônico e progressivo (BENEVIDES, 2002).

Dentre as alterações mais comuns observadas, há manifestações de danos à memória, insônia, auto-estima prejudicada, irritabilidade, dificuldade de concentração e sensação constante de cansaço, podendo chegar à estafa física e mental, gerando assim, comportamentos impulsivos e agressivos, além do risco ao surgimento da depressão e posteriormente, suicídio (BENEVIDES, 2002)

Essa constatação se dá diante dos altos índices de suicídios na polícia militar em todos os estados brasileiros. A cúpula da corporação manifestou preocupação diante da exposição da realidade no estado de São Paulo, após resultados de uma pesquisa realizada nos anos 90, que demonstrou que o suicídio vinha se tornando cada vez mais frequente no cotidiano dos profissionais, e em decorrência disso, solicitou-se intervenção imediata (RIBEIRO, 1995).

Tendo como referência ainda, o estudo realizado por Ribeiro (1995) ficou evidente em seus resultados que os policiais militares possuem uma taxa de suicídio que vai de 8 a 5 vezes mais que os cidadãos comuns. Há associado a isso, a presença de adoção de vícios como alcoolismo e tabagismo, além de relacionamentos conturbados.

A maior incidência de distúrbios não se manifesta após anos de trabalho, mas assim que o profissional ingressa no curso de formação e se vê diante de exigências necessárias para sua adequação dentro das necessidades profissionais pertinentes e melhoria do seu desempenho, porém tendo o rigor, como pré-requisito para sua efetiva formação final(RIBEIRO, 1995).

Busca-se com isso, que o profissional possa apresentar frente à sociedade, uma imagem que venha a garantir a autoridade e visando impelir quaisquer tipos de resistência ou influências emocionais. O fato de receber uma nova identidade no contexto social demonstra que há uma descaracterização do indivíduo com base em seu novo nome e associada a isso, surge uma nova perspectiva (RIBEIRO, 1995).


Trata-se de um momento de ruptura com a própria vida e isto vem a proporcionar a nível psicológico, questionamentos acerca da real função do profissional, de seus anseios e sua relação consigo mesmo. Esse dilema ocorre já nos primeiros dias e tende a se manter até a fase inicial de trabalho efetivo. A nova realidade apresentada na academia vem de encontro com o vínculo à realidade cotidiana que se era vivida (RIBEIRO, 1995).

De acordo com Denver (1988), há uma dificuldade para que inicialmente se aceite o rompimento de vínculo interior, e este fato, independe da vontade própria e das imposições da Academia de Formação. Logo, há o desdobramento do excesso de sentimento reprimidos e

ignorados, o que por muitas vezes eleva o nível de tensão interna e estresse no profissional sem que haja uma compreensão lógica do mesmo.

Neste momento, o estado de equilíbrio, necessário para que o indivíduo possa ser seguramente inserido na sociedade se manifesta. O momento de inserção na rotina de formação proporciona uma ambivalência de emoções e sentimentos, o que vem a traduzir na possibilidade de desequilíbrio psicossomático (LIMA, 2002).

De acordo com dados da Ordem dos Policiais do Brasil (OPB), o primeiro semestre de 2017 apresentou um aumento significativo no número de policiais mortos. Tais dados podem ser observados no mortômetro, ferramenta criada pela OPB para apresentar dados sobre a morte de policiais no Brasil.

 MORTÔMETRO POLICIAL Policiais Mortos em serviço ou em decorrência da profissão, desde Janeiro até Agosto de 2017				
Mês	MENSAL		Comparação	
	Mortes	Média por dia	2016	Var.
Jan	65	2,10	49	16
Fev	59	2,03	52	7
Mar	50	1,61	38	12
Abr	42	1,40	51	-9
Mai	57	1,84	46	11
Jun	70	2,33	26	44
Jul	49	1,58	34	15
Ago	47	1,52	28	19
Set	0	0,00	0	0
Out	0	0,00	0	0
Nov	0	0,00	0	0
Dez	0	0,00	0	0
2017	439	1,80	324	115
Média de Idade de falecimento = 41,86 anos			41,04	0,82

Quadro 01: Mortômetro policial de 2016 e 2017

Fonte: OPB (2017).

O alcoolismo e autoextermínio, por muitas vezes decorrem de passividade diante de situações de humilhação injustificada. Além destes problemas, há ainda a possibilidade de direcionamento da agressividade para membros da própria família ou indivíduos comuns que façam parte da rotina do profissional (LIMA, 2002).

É importante destacar as principais causas que levam estes indivíduos a ações nocivas contra própria vida. Neste panorama, Lima (2002), busca apresentar os reais motivos, ressaltando a tensão como o estopim do autocontrole. Assim, segundo o autor, indivíduos com maior risco para cometimento do suicídio apresentam personalidade autoritária e que impõe medo à sociedade. Um dos motivos está na pressão social por ações constantes que não fazem parte de suas atividades laborais, além da exigência de estado constante de alerta.

Outro aspecto está na impressão que a figura do policial militar representa, sendo este, por muitas vezes segregado do meio social, o que pode gerar maior distanciamento e

presença de agressividade no cotidiano do profissional. A presença da imagem de sacrifício para a coletividade, faz com que o indivíduo se sinta sobrepujado frente às necessidades sociais (LIMA, 2002).

O acúmulo de pressões externas advindo da importância de se controlar e não reagir em acordo com a disciplina que lhe é aplicada durante sua formação, acaba por se tornar a principal ferramenta para que haja a manifestação do estresse e, conseqüentemente, o adoecimento do profissional. Além disso, ainda existe certa irregularidade em seus horários de trabalho e descanso, em que se permanece por muito tempo em alerta (DENVER, 1988).

É importante que para a preservação da saúde, o corpo possa seguir os padrões fisiológicos e biológicos, de forma que haja maior regularidade tanto na alimentação quanto nas atividades e repouso efetivo. O fato de desenvolver ações em jornadas que ocorrem em rodízios, faz com que haja não apenas o sofrimento físico, mas também prejuízos para a saúde mental dos trabalhadores (CALAZANS, 2004).

Essa irregularidade, por vezes, faz com que o profissional sofra conseqüências no seio familiar e em seu próprio contexto social, predispondo o profissional à possibilidade de divórcios e muitas vezes dificuldade em acompanhar de perto o desenvolvimento físico e intelectual de seus filhos. Em alguns casos, o desempenho do profissional é influenciado por sua capacidade de trabalhar em equipe, onde casos de erros de colegas refletem na presença de sensação de fracasso coletivo dentro da própria corporação (LIMA, 2002).

A credibilidade é essencial dentro do trabalho, e quando esta se perde, a reprovação social é o primeiro fator a proporcionar frustração e abalo à estrutura institucional. A mesma ocorre quando há a perda de policiais em serviço, decorrente da violência em que este se encontra em cumprimento de seu dever.

Para a maioria das pessoas as tensões seguem um processo escalonado, ou seja, vão aumentando gradativamente sua intensidade, permitindo que, em algum momento, esta situação possa ser interrompida, preventivamente. No caso dos policiais, esta escalada não observa estas características, e, da calma completa o policial vai, em questão de segundos, para um nível máximo de tensão. Esta particularidade é chamada de tensão de estouro. O reflexo imediato desse —estouro é visto diariamente nas reações emocionais, as mais imprevisíveis possíveis, e nas ações intempestivas de alguns policiais militares, amplamente divulgadas pelas mídias. Pode-se imaginar o quanto este descontrole psíquico afeta o policial, a corporação e a sociedade civil (MENDES, 2003, p. 28).

Isso demonstra que há uma determinada preocupação com a intensidade em que se manifesta os sentimentos e emoções no profissional, de forma que há um aumento significativo do índice se comparado à indivíduos que atuam em outras atividades laborais. O fator preocupante está na dificuldade que se tem em reconhecer os indícios prévios da

manifestação do adoecimento do policial militar, de forma que cada um dos fatores desencadeantes de tensão e estresse possam ser analisados individualmente (MENDES, 2003).

2.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA ABORDAGEM POLICIAL

As ações policiais são definidas como meios necessários para que se alcance um determinado fim. Ou seja, trata-se da tomada de decisões que é ocasionada por algum fator diante de fundada suspeita e acerca de um objetivo claro e preciso. Para Nucci (2008, p 501) a fundada suspeita funciona como “requisito essencial e indispensável para a realização da busca pessoal”. É fundamental a presença da suspeita de irregularidade em alguma situação para que seja consolidada uma atuação específica por parte destes profissionais. Essa mesma suspeita é caracterizada como “uma desconfiança ou suposição, algo intuitivo e frágil, por natureza” (MELLO, 2017, p. 16).

Diante disso, é importante ressaltar também que a abordagem policial representa um tipo de adentramento à privacidade do outro, o que favorece situações que podem resultar em reações inesperadas proporcionadas pelo constrangimento, hostilidade ou rigor na ação. Isso faz com que se mostre presente à imprevisibilidade do resultado, o que vem a exigir do profissional conhecimento técnico e capacitação adequada para lidar com as mais diversas situações (ARAÚJO, 2008).

Ainda de acordo com o mesmo autor: “Sempre que um policial aborda, por fundada suspeita, uma pessoa, que assim se torna suspeita de infração ou crime, há o envolvimento de situações de tensão pessoal e social (ARAÚJO, 2008, p. 17)”. Isso demonstra que a ação resulta em uma possibilidade de resultados que vem a causar um determinado impacto psicológico, tanto para aquele que aborda quanto para o indivíduo abordado.

Neste contexto, há ainda um conflito acerca dos reais motivos que levam um policial a realizar uma abordagem, e isto se reflete na dificuldade que o profissional encontra em descrever a característica principal, que o induz a abordar um indivíduo em decorrência da percepção de um comportamento suspeito (RAMOS, 2005, p.37). Ainda de acordo com a mesma autora, não é possível apresentar um único motivo concreto para que a ação se estabeleça. Trata-se de um conjunto de fatores que é observado e avaliado de forma objetiva e subjetiva.

A capacidade de apresentar uma percepção acerca do que se pode considerar suspeito, é visto por muitos como uma característica pertinente ao policial e, portanto,

representa um comportamento comum e por muitas vezes necessário dentro da profissão (MUNIZ, 1999). De fato, a observação realizada pelo policial vem a apresentar resultados aprimorados na detecção de possíveis riscos sociais, decorrente do comportamento individual de outrem. Para Araújo (2008, p. 18): “toda vez que o policial reconhece que as definições de ‘elemento suspeito’ estes, tendem a coincidir com estereótipos negativos relativos à idade, gênero, classe social, raça/cor e local de moradia”.

Isso representa a capacidade de assimilação que pode ocasionar em êxito, mas também pode resultar ações desastrosas e extremamente constrangedoras, devido à generalização da ideia daquilo que se considera suspeito. É importante, acima de tudo, que o policial possa atuar em conformidade com o que direciona a lei.

No caso da abordagem, seu embasamento no Artigo 244, demonstra que a realização de busca pessoal não depende necessariamente de mandado que venha a ser expedido por autoridade competente, mas aplica-se à fundada suspeita de possíveis irregularidades, que consistem tanto na presença do porte ilegal de arma, incluindo também, posse de objetos ilícitos (BRASIL, 1941).

De acordo com o que a lei determina, a fundada suspeita atua em consoante com a capacidade de reconhecimento que o profissional possui, de forma que este esteja devidamente preparado para identificar um determinado elemento ou situação suspeitos, com a possibilidade de obter êxito na maior parte de suas abordagens. Logo, é preciso que haja uma motivação decorrente do raciocínio lógico, onde se possa determinar o indivíduo certo a ser interpelado (ARAÚJO, 2008).

No que se refere à ação policial voltada para a abordagem, há ainda “a possibilidade de escolha pela omissão, ou seja, deixar de adotar algum procedimento, realizá-lo de forma parcial ou adiar a execução, conforme eventuais conveniências” (GOLSTEIM, 2003, p. 107). O fato de associar a ausência da abordagem à omissão, vem a proporcionar maior responsabilização do profissional frente às falhas que venham a surgir em seu trabalho.

Diante desta linha de pensamento, Araújo (2008, p. 19) afirma que este tipo de associação se trata de: “uma situação perversa para o policial, na ponta da linha, porque quando sua ação (ou omissão) resultar numa reclamação, por parte do cidadão, o julgamento dos procedimentos policiais utilizados, realizar-se-á dentro dos requisitos formais da legislação”.

Levando em consideração tais fatores, “os policiais estão autorizados a abordar pessoas que estejam se comportando de forma a despertar suspeita de que possam vir a agredir ou já ter transgredido alguma norma legal” (PINC, 2006, p. 33). Isso reafirma a responsabilização do policial frente à sua própria percepção e o resultado de sua abordagem.

A principal dificuldade relatada está na falta de uma doutrina que venha a definir o termo “fundada suspeita”, através de conceitos mais claros e objetivos para que se possa qualificar mais a abordagem do que quantificar a mesma.

2.3 O IMPACTO DA ABORDAGEM POLICIAL NA SAÚDE DO TRABALHADOR

Um dos mais importantes aspectos acerca da abordagem policial está na sua capacidade de identificar indícios não apenas no indivíduo a ser abordado, mas em todo o contexto ambiental que envolve sua ação, levando em consideração elementos que venham a oferecer risco tanto à própria integridade quanto à integridade de outrem, incluindo a própria pessoa que será abordada. Através desta perspectiva, a tática de abordagem poderá ser seguramente realizada sem maiores prejuízos às condições gerais encontradas no local onde está se desenvolve (MG, 2013).

Além das características gerais observadas no ambiente da abordagem policial, é imprescindível a capacidade de realização de diagnóstico da possível alteração no cenário encontrado. Desta forma, será possível ao profissional, realizar uma previsão de possíveis mudanças que venham a exigir maior ou menor rigor na conduta. O fator determinante para isso está diretamente relacionado à reação do abordado, daqueles que o acompanham ou apenas encontram-se nas proximidades da ação.

Através da abordagem policial é possível a detecção da intenção criminal, antes que esta venha a se revelar. Portanto, trata-se de uma atuação preventiva voltada para a manutenção da segurança social (SILVA & VIEIRA, 2008). Desta forma, vale considerar a constante exposição que tal conduta representa para a segurança do profissional, e isto vem a ocasionar de forma sucinta, um elevado grau de tensão em decorrência da exposição ao risco de uma resposta agressiva (COSTA; ACCIOLY, 2007).

A abordagem policial por si só se caracteriza pelas condições ambientais que envolve a afronta com o risco de violência, e até mesmo morte, delineado por uma rápida ação daquele que aborda, considerando ainda, o nível de resposta do abordado. Com isso, exige-se um reconhecimento fundamental das expressões faciais e movimentos corporais de todos os indivíduos próximos ao local onde o policial encontra-se em atuação (ORNSTEIN, 1998).

Logo, a abordagem policial, como atuação que envolve maior exposição do profissional e maior risco de insucesso, pode ser considerada como o principal fator que faz com que a profissão do policial seja a que mais resulta em estresse e distúrbios psicológicos (MINAYO et al, 2007). Durante a realização da abordagem, compete ao profissional de

segurança pública a capacidade de tomar decisões coerentes e rápidas, em consequência da forte tensão que envolve o momento.

Tal tensão torna o exercício profissional um elemento que vem a favorecer o surgimento de distúrbios de ordem psicológica, afetando consideravelmente o desempenho das funções pelo profissional (COSTA; ACCIOLY 2007). Através do adoecimento mental é possível observar no indivíduo um impacto negativo nas relações interpessoais. Com isso há uma queda significativa na qualidade de vida e na capacidade de interagir socialmente, proporcionando um risco de desenvolvimento do isolamento social, sintoma inicial de quadros depressivos (MINAYO et al., 2007).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A preocupação com a manutenção da saúde mental é um constante desafio no âmbito da segurança pública atual. Está evidente que são diversos fatores que influenciam para que haja algum dano ao equilíbrio tão importante para as ações cotidianas. Desta forma, o estresse se mostrou o principal ponto de partida para o surgimento de transtornos de ordem psicológica.

Nas atividades rotineiras da polícia militar, várias são as causas para o desencadeamento do estresse à níveis elevados. Assim, entre estas causas ficou evidente que as exigências sociais e o excesso de emoções, ocasionado pela presença constante do elemento tensão, tende a proporcionar a estafa física e seu reflexo na saúde mental do policial militar.

A abordagem enquanto atividade que mais exige o estado de alerta do profissional, em virtude do risco que a proximidade e a imprevisibilidade vem a proporcionar, tende a ser uma das ações que mais oferecem risco ao desenvolvimento do estresse e, conseqüentemente, de transtornos mentais decorrentes deste.

Sob essa perspectiva, Lipp (1996) destaca que o estresse vem a ser um dos grandes motivos pelos quais ocorre o adoecimento mental. Tal fator reflete diretamente à abordagem de Araújo (2008) que tem na abordagem, uma série de fatores que influenciam para o desencadeamento do estresse. Isto se dá pela tensão existente em um dado momento, além da ameaça ou risco iminente do inesperado. Essa visão corrobora com as ações de abordagem, visto que estas ocorrem sob a suspeita e incerteza do resultado que poderá se delinear sob a conduta do abordado.

Sob uma concepção fisiológica, o estresse tende a desencadear diversos outros problemas de saúde, ocasionados também pela dificuldade de relaxamento do indivíduo que

se encontra sob tensão. Este acaba por desencadear reflexos também na saúde física, em decorrência da tensão muscular e atividade circulatória irregular. Benevides (2002) sugere a importância do descanso e de momentos de lazer, que venham a causar sentimentos agradáveis e leve distanciamento da rotina de alerta.

As alterações orgânicas e fisiológicas, por vezes são ignoradas, visto a necessidade de se manter uma postura intacta durante o período que compreende o serviço efetivo dos policiais militares. Neste contexto, estão inseridos como forma de agravamento da saúde do profissional o excesso de carga horária de estado ativo que o profissional deve permanecer, sem levar em consideração as escalas extras que se fazem necessárias, que em muitos casos é imprescindível enquanto fator complementar da renda familiar.

Diante das questões apresentadas, o estresse ocasionado pela atuação profissional resulta ainda em comportamentos inesperados como agressividade, fala exacerbada ou excessiva, apatia e extravasamentos das tensões, promovendo o agravamento ou surgimento de doenças crônicas e silenciosas. Neste cenário, Benevides (2002) ressaltou como risco em virtude do alto nível de estresse, do surgimento da depressão e, conseqüentemente, aumento do risco de suicídios

Um dos principais resultados disto está na redução da produtividade, onde o excesso de cobranças acaba por resultar em um profissional sobrecarregado e com elevado grau de desequilíbrio emocional. Assim, a quantidade de informações e o estado de alerta que acompanha o policial militar em suas horas de folgas, tendem a agravar de forma expressiva o seu adoecimento mental, resultando em muitos casos em depressão e morte por suicídio.

Há nesta questão do estresse, a variável linha tênue entre o equilíbrio sob a vida pessoal e profissional, visto que o tempo em que se permanece sob a farda se iguala ao período diário em que o profissional está com seus familiares. Além disso, o sofrimento psíquico conforme aborda Minayo et. al. (2007) dificulta o trabalho reduzindo a produtividade, o que acaba por favorecer outras preocupações renovando um ciclo de tensão.

O excesso de carga horária de serviço favorece o distanciamento entre o profissional, família e amigos, em virtude da necessidade de repouso, devido ao tempo em que se manteve ativo. O lazer como ressaltou Benevides (2002), é essencial para que se tenha uma saúde mental adequada, o fato de se manter vinculado ao trabalho mesmo nos períodos em que se encontra de folga faz com que se mostre presente o estresse na vida do profissional. É imprescindível ao profissional se manter resistente frente às situações cotidianas. Dentre as quais na abordagem, a postura firme é essencial para o cumprimento da ordem, o que faz com que segundo Valla (2002), haja constante necessidade de aplicação do raciocínio para decifrar comportamentos e ocorrências.

O fato de que os profissionais atuam em contato direto com a violência das comunidades onde operam, faz com que estes trabalhem em contato com as mais diversas situações de ocorrências. Assim, se mostra necessária a mesma postura para atender diferentes situações, onde se enquadram a abordagem de diversos tipos de criminosos, desde o que apresenta menor risco social, àquele com maior grau de periculosidade. Isto demonstra, que a abordagem sobretudo faz com que haja exposição do profissional, assim como de seu próprio nome bordado em sua vestimenta trazendo à tona o medo de represálias.

Atualmente a morte de policiais tem ganhado destaque na mídia visto o aumento dos índices observados no país. Esta mortalidade faz com que cada dia mais, os profissionais exerçam suas atividades na incerteza da própria segurança e do que risco aos quais estão expostos no dia a dia das grandes cidades. Os números são indicadores que a violência que é objeto de trabalho dos profissionais, pode se voltar contra eles e promover a redução da sensação de segurança que o trabalho ostensivo lhe deveria proporcionar.

Ao observar os dados apresentados pela OPB (2017), está evidente que o número de mortes de policiais em decorrência do serviço ou em virtude deste, apresentou um aumento significativo. O fato de atuar sob o risco de vida é um fator extremamente nocivo à saúde mental do profissional.

Ao realizar a abordagem, o risco de ações desastrosas e as consequências destas para a vida do policial militar, podem ser os principais pontos que fazem desta uma das ações mais perigosas realizadas no âmbito da segurança pública. Casos e mais casos são noticiados constantemente, o que faz com que a exigência do sentido de alerta, se torne cada dia mais rígida na aplicação das técnicas ensinadas durante o período que compreende a formação profissional.

Ainda de acordo com dados apresentado pela OPB (2017), o Estado de Goiás ocupa a 9ª posição no ranking de estados acerca da mortalidade de policiais. Em um comparativo geral, os índices não podem ser categorizados como alarmantes, mas ainda assim chamam a atenção diante de Estados do Norte, o que mostra que o risco existe e acaba por se tornar um fator causal para o estresse e demais distúrbios decorrentes destes, principalmente no que se refere a ações que envolvem maior risco e tensão, como é o caso das abordagens.

É importante compreender os impactos que o adoecimento mental vem a causar não apenas no ambiente de trabalho, mas também no meio externo a este como pode mostrar Lima (2002). Assim, o aparecimento de distúrbios apresenta reflexos na convivência dos indivíduos no meio familiar, além de promover a dificuldade de manter um comportamento social aceitável. Trata-se de um problema de saúde que afeta não apenas o profissional, mas todo o meio no qual o mesmo convive.

No Estado de Goiás, uma ação que resultou na morte de três pessoas, entre as quais dois policiais militares na cidade de Itacaiú em fevereiro de 2017, chamou a atenção para o risco de vida que a abordagem pode representar. Os profissionais atendiam uma ocorrência de perturbação do sossego e acabaram sendo vítimas de disparos cometidos pelo pai do indivíduo abordado.

Isto só vem para ressaltar que o risco de vida, o estresse e a tensão devem ser objeto de trabalho, a fim de preservar a integridade física e mental durante a capacitação profissional e toda a trajetória que envolve o policial militar, assim um menor número de resultados negativos possa decorrer não apenas da abordagem, mas de todas as ações efetuadas pelos profissionais da segurança pública.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude do trabalho realizado, conclui-se que o adoecimento mental de profissionais da segurança pública, vem a ser um sério problema de saúde e possui consequências não apenas para estes, mas para todo o meio que o mesmo se encontra atuante. Assim, o impacto vem a ser observado no meio familiar, social e laboral, prejudicando excessivamente a capacidade que o indivíduo possui de contribuir para a segurança pública.

A abordagem se mostrou um fator desencadeante de transtornos mentais, visto que possui em sua realização a expectativa e imprevisibilidade, além do risco advindo de um comportamento inesperado por parte do abordado. Desta forma, percebe-se que tais questões associadas ao estresse são fatores de risco para o adoecimento mental do profissional.

Portanto, é importante que cada vez mais se preze pela capacitação e especialização profissional, para que este tenha maior segurança para lidar com as mais variadas possibilidades que possam vir a surgir em sua atividade. Além disso, ficou claro que é necessário que haja uma avaliação constante da saúde mental dos policiais militares, de modo que se possa diagnosticar de forma precoce, a possibilidade de que transtornos mentais possam estar se desenvolvendo.

Por meio disto, é possível que cada vez mais a saúde dos profissionais seja preservada, com o intuito de reduzir as significativas perdas em decorrência do agravamento de sinais e sintomas que poderiam ter sido devidamente tratados.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Júlio Cesar Rodrigues de. **Abordagem Policial: Conduta Ética e Legal**. Curso de Especialização em Estudos de Criminalidade e Segurança Pública. Belo Horizonte. 2008.

ASSIS, José Wilson Gomes de. **Considerações acerca da abordagem policial no direito brasileiro e no direito comparado**. 1999. Disponível em <<http://jusmilitaris.com.br/sistema/arquivos/doutrinas/abordagemwilsongomes.pdf> f> Acesso em 22/01/2018

BACCARO, A. **Vencendo o estresse: como detectá-lo e superá-lo**. Petrópolis: Vozes, 1990. 79 p.

BENEVIDES, A. M. T. (Org.). **Burnout: quando o trabalho ameaça o bem-estar do trabalhador**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

BRASIL. **Código Penal**. Decreto-lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2848.htm. Acesso em: 20 dez. 2017.

_____. **Código de Processo Penal**. Decreto-Lei N° 3.689, de 3 de outubro de 1941. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3689.htm>. Acesso: 20 dez. 2017.

CALAZANS, Márcia Esteves de. **A constituição de mulheres em policiais: um estudo sobre policiais femininas na Brigada Militar do Rio Grande do Sul**. 2004. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

COSTA, M.; ACCIOLY, Jr. H., Oliveira, J., & Maia, E. (2007). **Estresse: Diagnóstico dos policiais militares em uma cidade brasileira**. Rev. Panam Salud Publica, 21(4), 217-222.

DEJOURS, Christopher. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. Christophe Dejours; tradução de Ana Isabel Paraguai e Lúcia Leal Ferreira. Editora Cortez Oboé, 5ª ed. Ampliada. São Paulo, 1992.

DENVER, G.F.A. **A epidemiologia na administração dos serviços de saúde**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1988.

LIPP, M. N. **Pesquisas sobre stress no Brasil: saúde, ocupações e grupos de risco**. Campinas: Papirus, 1996.

MELLO, Blayton Vanini. **A legalidade da abordagem policial na legislação brasileira.** Monografia do Curso de Direito. Faculdade Sabará. 2017.

MENDES, Evaristo de Oliveira **A saúde psicossocial na segurança pública brasileira,** Cel.PM. Evaristo de Oliveira Mendes – Rio de Janeiro: ESG, 2003

MG. Polícia Militar. **Tática Policial, Abordagem a Pessoas e tratamento às Vítimas.** Manual Técnico-Profissional 3.04.02 - Belo Horizonte: Academia de Polícia Militar, 2013.

MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R.; CONSTANTINO, P. **Riscos percebidos e vitimização de policiais civis e militares na (in) segurança pública.** Cadernos de Saúde Pública, v. 23, n. 11, p. 2767-2779, jan. /mar. 2007.

MUNIZ, Jaqueline. PROENÇA JR, Domício; Diniz; Eugênio. **Uso da força e ostensividade na ação policial.** Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/~bacp/artigos/muniz006.htm>>. Acesso em: 06 jan. 2017.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de processo penal e execução penal.** 4º. ed. - São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

OPB. **Mais policiais mortos.** (2017). Disponível em: <http://opb.net.br/mortometro.php> Acesso em: 15 abr. 2018.

ORNSTEIN, R. **A mente certa:** Entendendo o funcionamento dos hemisférios. 1998. Rio de Janeiro: Campus.

PINC. Tânia. **Abordagem Policial: avaliação do desempenho operacional frente à nova dinâmica dos padrões procedimentais.** Disponível em: <http://tmp.mpce.mp.br/orgaos/CAOCRIM/Publicações/AbordagemPolicial.pdf> Acesso em: 15 dez. 2017.

PROTÁSIO, Isabela Siqueira. **Saúde mental do trabalhador policial militar da Radiopatrulha.** V Colóquio Internacional, “Educação e Contemporaneidade”. Sergipe, 2011.

RAMOS. Silvia e MUSUMECI, Leonarda. **Elemento suspeito:** abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2005.

RIBEIRO, I.M. **Uma cultura estressante:** suas origens e consequências. 1995. Trabalho de Conclusão de curso (Centro de Aperfeiçoamento de Oficiais) - Estudos Superiores da Polícia Militar de São Paulo, São Paulo, 1995. Disponível em: <http://www.polmil.sp.gov.br/unidades/>. Acesso em: 13 mar. 2018.

SILVA, M. B.;VIEIRA, S. B. (2008). **O processo de trabalho do militar estadual e a saúde mental. Saúde e Sociedade.** 17(14), 161-170.

VALLA, W. O. **Ética e a atividade do policial militar.** Revista Direito Militar da Associação dos Magistrados das Justiças Militares Estaduais, Florianópolis, v. 4, n. 21, p. 5-6, jan. /fev. 2000.

VALLA, W. O. **O compromisso e as implicações deontológicas para o militar de polícia.** Revista Direito Militar da Associação dos Magistrados das Justiças Militares Estaduais, Florianópolis, v. 7, n. 37, p. 10-14, set. /out. 2002.